

# O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E O TURISMO URBANO EM CURITIBA – RELAÇÕES E DESAFIOS NA GESTÃO

*Renata Baleche Custódio<sup>1</sup>*

*Valéria de Meira Albach<sup>2</sup>*

## RESUMO

Curitiba possui peculiaridades na gestão do seu patrimônio histórico, sendo elogiada por uns e criticada por outros. O turismo histórico-cultural na cidade possui expressivo potencial até mesmo na visitação aos parques e bosques que possuem, por exemplo, edificações históricas. No turismo urbano os turistas vivenciam a experiência da observação aos elementos e as edificações históricas devem se destacar na paisagem. Para tanto, há necessidade de utilização de instrumentos de gestão efetivos que considerem a dinâmica do espaço e promovam adequadas experiências de visitação calcadas em informações que encantem e eduquem. Neste contexto, o objetivo desta abordagem é identificar as relações entre o patrimônio histórico-cultural de Curitiba e a gestão para o turismo.

**Palavras-chave:** Gestão Urbana; Patrimônio Histórico-Cultural; Turismo Urbano.

## ABSTRACT

Curitiba has peculiarities regarding its historical heritage management, being complimented by ones and criticized by others. The historic-cultural tourism in the city has a strong potential, even in visits to parks and forests that offer, for example, historical edifications. In urban tourism, tourists live the observation experience to elements and the historical edifications must be detached in the landscape. However, there is need of applying effective management tools that consider the space dynamics and encourage appropriate visiting experiences attached to information that fascinate and also teach. In this context, the aim of this approach is to identify the relationships between the historic-cultural heritages of Curitiba and its management for tourism.

**Key words:** Historic-Cultural Heritage; Urban Management; Urban Tourism.

## 1 INTRODUÇÃO

A relação entre o patrimônio histórico e o turismo é estreita. Os bens históricos caracterizam-se diversas vezes por atrativos turísticos promovendo localidades, sendo instrumento de marketing e promoção, além de poderem representar a identidade de um lugar.

---

<sup>1</sup> Turismóloga. Graduada pela Universidade Tuiuti do Paraná. Especialista em Turismo Gestão e Docência pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestre em Gestão Urbana pela mesma Instituição. Professora das disciplinas de Gestão de Eventos e Transportes Turísticos nas Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. C-eletrônico: [renatacustodio@terra.com.br](mailto:renatacustodio@terra.com.br).

<sup>2</sup> Turismóloga. Graduada pela Universidade Tuiuti do Paraná. Especialista em Geografia Ambiental e mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Professora das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba nas disciplinas de Planejamento Turístico e Administração Aplicada ao Turismo. C-eletrônico: [val.albach@gmail.com](mailto:val.albach@gmail.com).

Curitiba, capital do Estado do Paraná, recebe olhares dos especialistas em gestão urbana em diversos temas, gerando discussões, servindo de modelo ou de crítica, um destes temas é a conservação de seu patrimônio histórico. A Lei n.º 6.337 de 1982 – ou a Lei do Solo Criado – instituiu o incentivo construtivo para a preservação de imóveis de valor cultural, histórico ou arquitetônico, que, na opinião da prefeitura da cidade, permitiu avanço significativo no trato e na recuperação do patrimônio histórico-cultural edificado na cidade.

Esta lei não funciona como os instrumentos legais federais de tombamento<sup>3</sup>. O tombamento constitui-se em um ato rigoroso de preservação do bem e a Lei do Solo Criado permite maiores negociações e até benefícios aos proprietários destes bens, além de influenciar na gestão imobiliária da cidade.

O turismo histórico-cultural não é o segmento mais desenvolvido em Curitiba, pois, observando seus estudos de demanda, a motivação principal é de negócios e eventos, seguidos pela motivação lazer que se refere à visitação nos parques e bosques.

Em uma primeira análise, subentende-se que a visitação aos parques e bosques relaciona-se com o turismo de lazer e em alguns casos até ao ecoturismo, mesmo que estas áreas estejam em ambiente urbano. Mas na realidade de Curitiba, a questão histórico-cultural está estreitamente ligada com os parques e bosques, onde se observa a valorização da formação étnica do lugar e de bens histórico-culturais.

O patrimônio turístico é um tema importante dentro da gestão das cidades, sendo esta de responsabilidade de diversos atores. Neste contexto, Souza (2003) destaca que não basta apenas se refletir sobre o “planejamento” que permite prever situações futuras, percebe-se a necessidade de “gerir”, ou seja, efetivar as ações mais rapidamente, conciliando as perspectivas econômicas e sociais de cada cidade de acordo com a sua estrutura.

## 2 PATRIMÔNIO TURÍSTICO

Funari e Pinsky (2003) localizam que a idéia de patrimônio, como se tem hoje, vem do século XVIII, na França, quando o poder público iniciou as primeiras medidas de proteção aos monumentos de valor para a história das nações. O uso do termo “patrimônio” estende-se assim, para os bens protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos.

---

**Tem-se a conceituação de patrimônio turístico que significa os lugares, monumentos e hábitos que motivam determinada pessoa a se deslocar de seu local de origem para ver, conhecer, e participar das interações sociais.**

---

Aplicando esta temática ao turismo, tem-se a conceituação de patrimônio turístico, que para Camargo (2000) significam os lugares, monumentos e hábitos que motivam determinada pessoa a se deslocar de seu local de origem para ver, conhecer, e participar das interações sociais.

Já Roberto Boullón (2002, p. 67) defende que o patrimônio turístico tem a relação entre “a matéria-prima (atrativo turístico), o equipamento turístico (aparato produtivo), a infra-estrutura (recursos de apoio ao aparato produtivo) e a superestrutura (subsistema organizacional e recursos humanos disponíveis para operar o sistema)”.

O patrimônio histórico em sua essência é definido pelo decreto lei n.º 25 de 30.11 de 1937 que cria a SPHAN (Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão vinculado ao Ministério da Cultura brasileiro, como a parte do patrimônio cultural que compreende as edificações os monumentos, os espaços públicos, o acervo documental e bibliográfico, o complexo artístico de uma comunidade.

Baseando-se nestas definições compreende-se a inegável relação entre o patrimônio histórico-cultural e o turismo, pois o turismo utiliza-se destes bens para se desenvolver em diferentes partes do mundo.

---

<sup>3</sup> Decreto-lei n. 25, de 30/11/1937, Lei do Tombamento. Dispõe sobre a organização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, disciplina a proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos.

## 2.1 TURISMO URBANO

Segundo Tyler e Guerrier (2001), o turismo urbano envolve os processos sociais de mudança e os processos de decisões políticas que ditam a natureza dessa mudança e que identificam ganhadores e perdedores. Trata-se da busca dos meios pelos quais a mudança afeta os processos sociais da cidade e da necessidade de gerenciar a inevitabilidade do turismo urbano.

Para Castrogiovanni (2000, p. 23):

a ordenação urbana compreende o processo de organização dos elementos que compõem o espaço urbano de acordo com o estabelecimento de relações de ordem, com base na construção de uma hierarquia de valores, no caso, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento das atividades turísticas. A ordenação turística é a busca conveniente dos meios existentes no espaço para o sucesso das propostas relativas às atividades turísticas.

De acordo com Lynch (1997) destaca que os transeuntes nas cidades criam imagens ambientais que são resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente. O autor destaca que o observador organiza e confere significado àquilo que vê.

Assim, a imagem de um determinado lugar pode variar dependendo de cada observador. No caso do turista no espaço urbano o tempo todo que estiver transitando estará realizando suas observações.

Castrogiovanni (2000) destaca que nos caminhos por onde passam os fluxos turísticos há a possibilidade de transitar entre o real edificado e o imaginário possível de ser construído a qualquer momento.

O turismo urbano apropria-se da paisagem das cidades para desenvolver sobre ela leituras criativas.

Nos caminhos ainda podem ser observadas as facilidades de fluxo das pessoas e dos veículos, a agradabilidade estética, a paisagem construída, os serviços urbanos, os equipamentos de apoio ao turismo e o “mobiliário urbano” - placas de sinalização, paradas de ônibus, postes, brinquedos das praças, dentre outros (BOULLÓN, 2002; CASTROGIOVANNI, 2000).

O espaço urbano não é construído para uma pessoa, mas para várias, que apresentam diferenças de temperamento, formação, ocupação profissional, origem étnica, diversidade social e, portanto, interesses. Assim, a cidade é uma representação da condição humana, sendo que essa representação se manifesta por meio da arquitetura em si e da ordenação de seus elementos (CASTROGIOVANNI, 2000).

O turismo no meio urbano desenvolve-se dentro desta realidade e se aproveita das singularidades e comportamentos locais que vão além da expressão arquitetônica como os sotaques, idiomas ou dialetos, trajes típicos, danças, música local, jogos, costumes, crenças etc.

Também, as diferentes atividades econômicas da cidade conferem ao turismo urbano características específicas.

As características arquitetônicas, as singularidades ou atividades econômicas isoladamente ou em conjunto formam diversos segmentos turísticos onde se destacam: o turismo de negócios, o turismo de eventos, o turismo histórico-cultural, o turismo religioso e o turismo de lazer. Para esta análise, destaca-se o turismo histórico-cultural.

## 2.2 PLANEJAMENTO URBANO E CONSIDERAÇÃO SOBRE OS PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS DE CURITIBA

A primeira ação formal de urbanismo em Curitiba foi o Plano Agache<sup>4</sup> que coincide com o momento em que o governo federal brasileiro principia as ações de conservação do patrimônio histórico-cultural (o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 1937).

No quadro 1 podem ser observadas as ações urbanas relativas aos patrimônios histórico-culturais em Curitiba, desde o início da implementação do plano urbanístico citado.

---

<sup>4</sup> A década de 40 seria marcada pela elaboração de um plano urbanístico para Curitiba. Contratado pela firma paulista Coimbra Bueno & Cia Ltda, o renomado urbanista e arquiteto francês Alfredo Agache (fundador da Sociedade Francesa de Urbanismo) chegou à cidade para dar uma nova ordenação a seu espaço urbano. O chamado Plano Agache estabelecia como prioridades o saneamento, descongestionamento de vias e a estruturação de centros para permitir o desenvolvimento da vida social e comercial.

QUADRO 1 – Trajetória do planejamento urbano e o patrimônio histórico-cultural de Curitiba

Ano	Ação para o Patrimônio histórico-cultural
1941	- Tombamento do acervo do Museu Paranaense (única ação mencionada no Plano Agache)
1966	- Medidas efetivas de tombamento em âmbito estadual (da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas e do Belvedere, com ruínas da Praça João Cândido.) - Plano Diretor com diretrizes para uma política municipal de preservação do patrimônio histórico e cultural.
1971	- Delimitado o Setor Histórico de Curitiba. - Considera-se a reciclagem de uso dos imóveis de valor histórico, arquitetônico e cultural.
1977	- Plano do Acervo da Região Metropolitana de Curitiba identifica, classifica e propõe usos e formas de preservação para 363 imóveis.
1979	- Decreto 1.547 cria o Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação com o objetivo de proteger 586 imóveis testemunhas da história de Curitiba.
1981	- Incentivos com o Decreto 161/81, aos proprietários de bens culturais, isentando do imposto imobiliário – IPTU – aqueles que preservassem e revitalizassem seus imóveis.
1982	- Lei 6.337 – ou a Lei do Solo Criado – institui incentivo construtivo para a preservação de imóveis de valor cultural, histórico ou arquitetônico, que permitiu avanço significativo no trato e na recuperação do patrimônio cultural edificado da cidade. - Criada a Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural, que analisa as Unidades de Interesse de Preservação – UIPs – e concede reduções no IPTU, àquelas que estiverem em boas condições ou incentivo construtivo através do Solo Criado.
1993	- Em 1993, o Decreto nº. 380, cria as Unidades de Interesse Especial de Preservação - UIEPs. A venda do potencial construtivo destas unidades deveria ser usada para sua própria restauração.

Fonte: IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 2007

Segundo o IPPUC, a cidade possui 618 UIPs (Unidades de Interesse de Preservação). Algumas compartilham a lei estadual de tombamento pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná e dois bens a lei federal de tombamento atribuída ao IPHAN. Estes locais são: a primeira sede da Prefeitura Municipal de Curitiba, localizada na Praça Generoso Marques; e a edificação que abriga o museu Alfredo Andersen.

A Lei do Solo Criado que institui as UIPS permite que o proprietário deste bem ganhe em potencial construtivo na cidade. O mercado imobiliário possui interesse, pois, certas vezes deseja construir maior área em locais que o zoneamento urbano não permite. Adquirindo um potencial construtivo a empreiteira consegue essa liberação e o proprietário da UIP tem ganho financeiro com esta transação.

A medida de área a ser construída é relativa à área da UIP. Atualmente o IPPUC fiscaliza estas transferências e confere se o dinheiro recolhido com a transferência do potencial construtivo foi direcionado para conservação da UIP em questão. As UIPS com bom estado de conservação podem também solicitar isenção ou redução de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

O processo de tombamento realizado pelo Estado (em esfera estadual ou federal), não relaciona diretamente benefícios aos proprietários de bens históricos incluídos nesta lei. Por esta razão, a gestão do patrimônio histórico de Curitiba é elogiada por alguns. Mas por outro lado, especialistas criticam que o processo é vulnerável as “leis” do mercado, podendo ser negligenciado e que a lei enrijecida do tombamento possui uma estrutura mais aplicável e útil para as cidades.

Além do fato de que diversos proprietários de UIPS em Curitiba não valorizam seus imóveis e poucos acabam por utilizar dos benefícios de isenção de impostos, e observa-se que alguns deles desconhecem seus direitos.

Um olhar positivo pode ser direcionado aos empreendedores com visão administrativa e de agregação de valor aos seus produtos e serviços, pois muitos estão atentos as UIPS, sendo que diversas delas na cidade abrigam restaurantes, confeitarias, hotéis, lojas, galerias de arte, entre outros espaços que são diretamente utilizados por turistas e moradores.

Valendo-se de Boullón pode-se relacionar o patrimônio turístico de Curitiba com sua gestão urbana, como segue no quadro 2.

QUADRO 2 – Patrimônio Turístico e atribuições de gestão em Curitiba

<b>Elementos do Patrimônio Turístico</b>	<b>Atribuições de gestão em Curitiba</b>
matéria-prima	Histórico-culturais, naturais – atribuição pública em sua maioria Negócios e eventos – atribuição privada e do terceiro setor
equipamento turístico	Mais ao setor privado do que público
infra-estrutura	Serviços públicos
Superestrutura	Setor públicos e privados IPPUC, SMMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Fundação Cultural de Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, proprietários de UIPS, dentre outros.

Fonte: organização própria.

O turismo em Curitiba não possui uma tradição no segmento histórico-cultural, observando os dados da pesquisa de demanda turística de 2005 em relação aos patrimônios turísticos citados em visita à cidade, tem-se referência por ordem de menções: Parques, Jardim Botânico, Ópera de Arame, Shoppings, Museus, Zoológico e Passeio Público, Santa Felicidade, Rua XV de novembro e Rua 24 horas e só depois o Centro Histórico – Largo da Ordem.

Somando-se as menções Parques, Jardim Botânico e Zoológico e Passeio Público, percebe-se que as visitas ocorrem de maneira mais expressiva em atrativos considerados naturais, mesmo que em área urbana.

A visita a museus e ao centro histórico acaba sendo pouco representativa no contexto turístico da cidade.

Mesmo assim, é possível observar a relação dos parques e bosques com o patrimônio histórico, pois houve esta valorização em seus planejamentos.

### 2.3 PARQUES E BOSQUES E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM CURITIBA

Curitiba possui 30 parques e bosques, sendo 17 parques e 13 bosques, todos espaços públicos. Sendo que, dos 30, 17 possuem relação com o patrimônio histórico por meio de suas edificações, além de outros que possuem temas para serem trabalhados neste segmento. O quadro 3 apresenta esta relação e propõem outras.

QUADRO 3 – Relação de Parques e Bosques com o patrimônio histórico edificado

Parque/Bosque	Edificações	Parque/Bosque	Edificações
1. Bosque Alemão	Oratório de Bach Réplica da Casa de Mila	16. Parque Bacacheri	-----
2. Bosque Boa Vista	-----	17. Parque Barigüi	Casa histórica foi readequada para instalação de um Bistrô, dirigido pela Fundação de Ação Social Museu do Automóvel
3. Bosque Capão da Imbuia	Museu de História Natural	18. Parque Barreirinha	-----
4. Bosque Fazendinha	Edificações Família Klemtz - 1896	19. Parque Caiuá	-----
5. Bosque Gutierrez	Edificações do povo amazônico	20. Parque Cajuru	-----
6. Bosque Italiano	Memorial da imigração italiana	21. Parque das Pedreiras	Ópera de Arame
7. Bosque João Paulo II	Aldeia polonesa com casas de 1878	22. Parque Diadema	-----
8. Bosque Pilarzinho	-----	23. Parque dos Tropeiros	-----
9. Bosque de Portugal	Portal e pilares que homenageiam a cultura e a, língua portuguesa	24. Parque Iguazu	-----
10. Bosque Reinhard Maack	-----	25. Parque Municipal Nascentes do rio Belém	-----
11. Bosque São Nicolau	-----	26. Parque Passaúna	Chaminés das antigas olarias: Alberto Klemtz, Isfer, Baggio e Santa Rosa
12. Bosque do Trabalhador	-----	27. Parque São Lourenço	Chaminé antiga fábrica de cola Casa Erbo Stenzel
13. Bosque Zaninelli - Unilivre	Exemplar da arquitetura moderna	28. Parque Tanguá	Jardim Poty Lazarotto
14. Jardim Botânico	Estufa de ferro e vidro com 450 m <sup>2</sup> , inspirada no Palácio de Cristal de Londres	29. Parque Tingüi	Memorial Ucraniano – réplica de igreja ortodoxa
15. Parque Atuba	Vila da Madeira” que visa conservar elementos da arquitetura de madeira típica de Curitiba	30. Passeio Público	Portões réplica do antigo Cemitério de Cães em Paris

Fonte: organização própria.

#### Legenda

	Atrativo com edificações históricas e dentro da Linha Turismo
	Bem tombado pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná
	UIPS
	Exemplar da arquitetura moderna que pode vir a ser UIPs ou bens tombados
	Temas que podem ser aproveitados no turismo histórico-cultural

Dos 30 parques e bosques, dez possuem edificações históricas e são contemplados pelo serviço de transporte turístico administrado pela prefeitura, a Linha Turismo. Outros sete parques e bosques possuem edificações que são elementos para o turismo histórico cultural, sendo que dois destes, as suas construções são reconhecidas como UIPS.

Dois dos parques e bosques possuem bens tombados em esfera estadual, o Bosque do Papa e o Passeio Público.

Treze não possuem edificações históricas, mas analisando seus nomes percebe-se a possibilidade de associar elementos a visita que contribuem para a questão cultural, como no Parque dos Tropeiros, tema com grande movimento histórico e turístico, e o Bosque Reinhard Maack que foi batizado em homenagem a um dos maiores pesquisadores da geologia e da geografia do Estado do Paraná.

Especialistas em arquitetura discutem que, dentre os locais citados no quadro 3, três exemplares da arquitetura moderna podem se tornar UIPs ou bens tombados devido as suas importâncias como bens edificados.

### 3 CONCLUSÃO

#### GESTÃO DO PATRIMÔNIO TURÍSTICO HISTÓRICO-CULTURAL DE CURITIBA

**A**ssociando os temas que abrangem a discussão do patrimônio histórico-cultural e o turismo em Curitiba propõem-se algumas ações para uma gestão mais efetiva, que são desafios para a gestão urbana:

1. Valorizar a paisagem para o turismo histórico-cultural utilizando por exemplo, fiações subterrâneas e criando regras para a publicidade inserida no mobiliário urbano.
2. Proteger o centro antigo da cidade da descaracterização de suas edificações, valorizando as construções em sua origem, repondo edifícios e mantendo as características originais.
3. Revisar os instrumentos municipais de “tombamento”, principalmente os de fiscalização da aplicação legal.
4. Divulgar com maior intensidade as informações de interesse aos proprietários de UIPS.
5. Formular projetos que solicitem financiamentos aos governos federal e estadual para a conservação dos patrimônios histórico-culturais da cidade.
6. Incentivar a participação do terceiro setor organizado na gestão do patrimônio histórico-cultural curitibano.
7. Promover a educação patrimonial com os cidadãos e turistas, com campanhas e outros instrumentos de sensibilização e de informação sobre o patrimônio histórico-cultural curitibano.
8. Divulgar aos visitantes de parques e bosques as questões legais e de proteção aos patrimônios histórico-culturais edificados.

A gestão do turismo urbano deve buscar a compreensão dos processos de reestruturação e valorização do meio verificados em um espaço dinâmico utilizando-se de estratégias de gestão que considerem estes preceitos.

O turista deve ser estimulado a olhar e realmente perceber as peculiaridades da história curitibana, por meio das construções, estas devem se destacar na paisagem e transmitir a sensação ao observador de cuidado e proteção, valorizando a imagem da cidade e de seus moradores. Estes cuidados podem ser utilizados em estratégias de marketing e promoção para a cidade e para seu turismo.

Outras relações e propostas podem ser realizadas com as características do turismo urbano em Curitiba que podem agregar valor à experiência da visita contemplando outras atividades do dito turismo urbano, como o turismo de eventos, por exemplo. Dentro do turismo histórico-cultural considera-se que este deve ser planejado, gerido e desenvolvido para promover o encantamento e disseminar informação.

## REFERÊNCIAS

- BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução de: Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- CAMARGO, H. L. **Patrimônio histórico e cultural**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2000.
- CASTROGIOVANNI, A.C. (org). **Turismo urbano**. São Paulo: Contexto: 2002.
- CURITIBA. **Lei n.º 6.337 de 1982** – Lei do Solo Criado. Curitiba, 1992.
- FUNARI, P. P. (Org.); PINSKY, J. (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.
- IPPUC. Planejando a cidade - Patrimônio histórico. Disponível em: [http://www.ippuc.org.br/pensando\\_a\\_cidade/index\\_patrimhist.htm](http://www.ippuc.org.br/pensando_a_cidade/index_patrimhist.htm) Acesso 10 maio 2007.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- TYLER, D.; GUERRIER, Y.; ROBERTSON, M. (org.). **Gestão de turismo municipal**. Tradução de: Gleice Regina Guerra. São Paulo: Futura, 2001.